

- LX -

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NA ESTEIRA DO MERCADO. É ISSO A DEMOCRATIZAÇÃO?

Maria Luisa Furlan Costa – UEM
luisafurlancosta@gmail.com

Silvia Eliane de Oliveira Basso – IFPR / UEM
silvia.basso@ifpr.edu.br

Dayane Horwat Imbriani de Oliveira – UEM
oliveira.dayanehorwat@gmail.com

INTRODUÇÃO

Criado antes que a educação fundamental no Brasil, o ensino superior é contraditoriamente classificado como condição de ascensão socioeconômica, vilão das cotas do fundo público para a educação, elitista e alheio à sociedade e condição de democratização como direito social.

Marcado historicamente por uma organização social cindida em classes com uma distância descomunal entre si e, portanto, eivada de injustiças sociais, o ensino superior brasileiro bem definido para a elite dentro da monarquia e da república aristocrática, tornou-se objeto de debate e de anseio de outras classes quando a democracia foi considerada possível na Constituição Cidadã de 1988. É inclemente dizer que a democracia transformou o ensino superior em um problema, mas para que se estabeleça a democracia, contraditoriamente se agradece o problema.

Ao mesmo tempo em que se retomava o caminho para o estabelecimento de uma república democrática, ao final da década de 1980, depois de mais de vinte anos de ditadura militar, o cenário internacional já se encontrava fortemente transformado pelo movimento político econômico do neoliberalismo. Seguindo uma orientação de participação mínima do Estado, diante de uma propaganda da fragilidade da forma de ensino básico, o Brasil fez

emergir programas governamentais, como FIES e PROUNI, que tornam as faculdades/universidades privadas um lugar para aqueles que não conseguem uma vaga nas universidades públicas brasileiras (FILIPAK; PACHECO, 2017).

Neste texto, resultado dos estudos realizados no Grupo de Pesquisas em Educação a Distância e Tecnologias Educacionais (GPEaDTEC) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), objetiva-se discutir a expansão de vagas no ensino superior brasileiro nos últimos anos como democratização ou massificação. Para tanto recorre-se às hipóteses levantadas por autores como Valdemar Sguissard, Luiz Fernandes Dourado, Dias Sobrinho, entre outros.

DESENVOLVIMENTO

Na definição de qualquer política pública existe um campo de disputa envolvendo inúmeras instâncias, instituições e atores. Segundo Dourado (2011) o que tem ocorrido é que entre estudantes, gestores, professores e agências/organismos multilaterais, tem prevalecido e até se naturalizado as prescrições destes últimos.

Ao longo das duas últimas décadas a legislação vem atuando de forma a corroborar com a existência de instituições educacionais com fins lucrativos e nessa esteira o Plano Nacional de Educação (PNE) aprovado em 2014 (BRASIL, 2014), orientador dos planejamentos e ações das instâncias governamentais em todo país, sofre críticas por possibilitar mais um privatismo da educação brasileira do que uma ação que promoveria a educação pública.

De acordo com Sguissard (2015, p 873), chegar ao ensino superior dentro dessas instituições não significa uma democratização do ensino quando é possível notar o avanço do número de IES privadas criadas nos últimos anos, numa associação de liberação do campo da educação superior para o mercado com o ajuste neoliberal, a partir de 1997, como efeito do esfacelamento da ordem social-pública e fortalecimento da privado-mercantil. Convertidas em empresas de capital aberto (IPO) as empresas educacionais transformaram-se em verdadeiros fenômenos financeiros.

Assim a princípio, o aumento de pessoas entrando no ensino superior, demonstrado pelos números, faz crer em democratização, mas a hipótese do autor é de que isso tem representado mais uma substituição de um direito ou serviço público pela oferta de um serviço mercantil.

O último censo da Educação Superior de 2017 divulgado pelo INEP (BRASIL, 2017), demonstra como os números são desiguais no que se remete à educação superior privada e pública. Ao todo o Brasil conta com 2.448 instituições de ensino superior, sendo 2.152 privadas, distribuídas em 776 nos grandes centros e 1.376 nas cidades do interior. No caso da educação pública temos 296 ao todo, sendo 109 federais, 124 estaduais e 63 municipais, assim como, com as IES privadas, a maior concentração está no interior do país.

Para Minto (2018), as alterações para a implementação de políticas educacionais abriram caminho para que o setor privado pudesse repensar os seus interesses. No caso da educação superior nota-se uma preocupação com formação para o mercado, além de compreender que a educação privada poderia suprir a necessidades do Estado. Nesse sentido, o PNE reforça a parceria público-privado. Ao invés de priorizar os recursos públicos para as IES públicas, esses recursos acabam por validar os números apresentados acima, em uma maior taxa de matrículas e crescimento institucional das IES privadas.

Ao incentivar apenas o crescimento o PNE e suas metas não fomentam um ensino que venha contribuir, não apenas para o mercado, mas para o ensino aprendido que remete a pesquisa (MINTO, 2018), acarretando assim um subdesenvolvimento de pesquisas científicas.

Dias Sobrinho (2005, p. 170) alerta que muito mais que formar técnica e profissionalmente, “a educação superior é um patrimônio público na medida em que exerce funções de caráter político e ético”, função essa que é pública e não pode ficar, portanto à mercê das variações e investimentos de mercado. Isto posto, não se trata de desacreditar o trabalho dos profissionais das instituições privadas mas de atentar para o fato de que empresas como essas trabalham na lógica do mercado e portanto, do lucro, o que pode gerar, como se verifica, expansão de acesso e oportunidades para o Ensino Superior, mas não quer dizer que ele esteja cumprindo sua função social.

CONCLUSÃO

A democratização do ensino superior precisa ser entendida não apenas como acesso às universidades e faculdades de todo país, ela deve ocorrer de maneira que possa beneficiar a todos nos mais diferentes cursos e modalidades de ensino. Entretanto, da forma como está sendo desenvolvido é possível perceber o crescimento de uma educação cada vez mais massificadora e com pretensões de mercado.

Refletir sobre as diferenças entre democratizar e massificar, leva também à ponderações sobre as necessidades não só de acesso como também de permanência e êxito. Ter sucesso no ensino superior, todos concordarão, significa iniciar e concluir um curso de qualidade. Porém, mais uma vez não haverá consenso no que seja qualidade. Para a ótica de mercado qualidade estará expressa na capacitação para o trabalho, inovação e condições de competitividade, mas para além do mercado há a formação cultural e política para o desenvolvimento da democracia (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 1228).

De que lugar e sob que preocupação se fala, dependerá o que se chama qualidade. Compreensível que vivendo numa economia capitalista se pense em ganhos ou minimamente manutenção da vida. Considera-se também que há das mais variadas condições de países capitalistas, como o nosso em que para uma grande parcela da população, o básico sequer aconteceu. E ainda assim, somos e existimos para alguém e para além do sistema e é nessa mais ampla perspectiva que se deve falar em democratização do ensino superior.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 01 jan. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopses Estatísticas da Educação Superior 2017. Brasília: Inep, 2018.

Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em: 02 fev. 2019.

DIAS SOBRINHO, José. Educação superior, globalização e democratização: qual universidade? **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 164-173, abr. 2005.

DIAS SOBRINHO, José. Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, dez. 2010.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas e gestão da Educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBPAE**, v. 27, n. 1, p-53-65, jan./abr. 2011.

FILIPAK, Shirley Terezinha; HENNERICH PACHECO, Eduardo Felipe. A democratização do acesso à educação superior no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, [S.I.], v. 17, n. 5, set, 2017.

MINTO, Lalo Watanabe. Educação superior no PNE (2014-2024): apontamentos sobre as relações público-privadas. **Revista Brasileira de Educação**, v.23, 2018.

SGUISSARDI, Valdemar. Educação Superior no Brasil: Democratização ou Massificação Mercantil? **Educ. Soc. Campinas**, v. 36, n. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.